

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA ESCOLA MUNICIPAL DESEMBARGADOR SEVERINO MONTENEGRO-ALAGOA GRANDE-PB

Luis Carlos Oliveira Silva¹

1 INTRODUÇÃO

As Leis nº 11.645/08 e 10.639/03 vêm sendo cada vez mais debatidas, principalmente nas academias, mas apesar dos problemas no sentido da não efetivação nas escolas estas, por sua vez, estão se prontificando a fazer com que a história e cultura afro-brasileira, africana e a indígena sejam ensinadas e trabalhadas nas salas de aulas e em espaços como as apresentações e semanas relacionadas às culturas concernentes a estas leis.

Apesar de pequenas, as conquistas representam muito para essas culturas, visto a história de exploração e marginalização diante da sociedade, uma história que se iniciou na colonização com a escravidão e foi passando por processos de transformação históricos que ainda permeiam nossa realidade. Processos esses que hoje dizem muito da vida dos afrodescendentes e indígenas em nosso cotidiano visível nos índices de desemprego, na mortalidade, no analfabetismo e em muitos outros fatores.

Os índices de marginalização ainda são mais concretos quando existe uma escola tradicionalista, “unilinear”, e europeizada. Uma escola que deveria e deve priorizar um ensino multicultural de cunho interdisciplinar que valorizasse as diversidades e não particularizasse o ensino de história a partir de uma cultura, de uma só visão, primeiro por que o Brasil é diverso, e sendo assim as inúmeras culturas se relacionam e formam os vários brasis.

2 METODOLOGIA

Para conseguirmos realizar a pesquisa utilizamos a seguinte metodologia. Primeiro A pesquisa foi conduzida a partir da leitura de textos que enfatizavam muitas questões que tem relação com a nossa discussão. “Fizemos um mapeamento das práticas pedagógicas desenvolvidas por professores (as) da educação básica que atuam na Escola Desembargador Severino Montenegro/Alagoa Grande-PB quanto à efetivação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena”.

Para identificar as práticas analisamos os conteúdos que professores/as utilizam quando discutem a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e de que forma tais conteúdos são abordados. Assim, o instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário através de uma entrevista gravada através do qual o professor respondeu sobre suas práticas pedagógicas na sala de aula.

Ainda observamos o cotidiano da escola, visto que nos espaços fora da sala o processo educativo se configura a partir da relação que os sujeitos estabelecem. Assim dedicamos atenção à relação entre alunos (as), professores (as) e funcionários. Haja vista que estas relações são uma continuidade ou não do que ocorrem em sala de aula. Na análise do currículo escolar não nos limitamos aos conteúdos e abordagens com que são trabalhados, mas as atividades outras que ocorrem na escola, a exemplo de festas, reuniões, gincanas, feiras culturais e de ciências; a perspectiva é identificar a presença ou não de ações que digam respeito à questão étnico-racial. O Projeto Pedagógico da escola foi analisado na perspectiva

¹ Estudante de graduação em História, na UEPB-Campus Guarabira. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Este trabalho é parte do projeto Ensino de História e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo de escolas publicas na Paraíba.

de identificar ações que dizem respeito à educação para as relações étnico-raciais e se tais ações são na prática cumpridas.

Desta maneira, a metodologia norteou nossas ações e apesar de ser uma pesquisa ainda em andamento já colhemos alguns resultados que serão expostos mais adiante.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Assim, para nos aproximar-nos de algumas questões pertinentes a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, como a interdisciplinaridade, multiculturalidade, formação de professores (as), entre outros, recorreremos a trabalhos que discutem esses temas, além de discutirem também pontos que se identificam com a pesquisa deste trabalho, ou seja, apresentam os preceitos da Lei nº 11.645/08 e Lei nº 10.639/03 os quais apontam as conquistas e as dificuldades, visto que é visível nas pesquisas a complexidade dessa discussão e a resistência dos (as) professores (as) nas escolas, e da própria sociedade em discutir essas Leis.

Dentre os estudiosos com quem dialogamos Rocha (2012) apresenta as perspectivas sobre o ensino de história e a formação de professores (as), visando apontamentos de bases teóricas sobre esse tema e relaciona-os aos estudos e as produções historiográficas e educacionais. Discute sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08 debatendo as lutas, os movimentos travados para que surgissem tais leis e assim assegurasse na escola o ensino de conteúdos a respeito dos afro-brasileiros, africanos e dos povos indígenas. Todavia, coloca em xeque a maneira “impositiva” de tais leis e as políticas que elas denominavam e mantinham como certas sobre as culturas afro-brasileiras e indígenas Rocha (2012).

Além disso, Rocha (2012) analisa a crítica as representações culturais em nossa sociedade, e se fundamenta em Silvério (2010, p.91) quando afirma que a sociedade “está dando lugar a uma representação social que cotidianamente se revela profundamente dinâmica e multicultural”. Porém, essa transição ainda é muito incipiente, como afirma Rocha (2012), mas é muito importante no sentido das conquistas que os movimentos negros e indígenas conseguiram, entretanto, ainda há necessidade de políticas educacionais mais coerentes e que seja direcionada numa “perspectiva multicultural”.

Assim, passados alguns anos dessas leis é preciso fazer algumas indagações que são pertinentes, algumas dessas questões são citadas por Rocha (2012) quando questiona sobre como anda a implantação das leis 10.639/03 e a 11.645/08 nos currículos escolares, sobre a produção de livros didáticos, ou seja, se estes estão correspondendo aos preceitos destas leis e ainda ao PPC e questiona também os processos de formação inicial e continuada de professores (as)? Além dessas, surgiram outras questões importantes como o “planejamento de ações que assegurem a sua inserção nos programas de formação inicial e continuada de professores (as)”, desta maneira é necessário levar em consideração a formação dos (as) professores (as) nas academias e acreditar também na educação básica “como lócus de produção de saberes, de difusão cultural, de diálogos interdisciplinares, de vivências no âmbito do ensino, pesquisa e extensão bem como um campo fértil de novos estudos e de publicização sobre a temática”.

Rocha (2012) ainda comenta sobre a cultura plural e se utiliza dos estudos de Bergamaschi (2010, p.165-166) quando discute que existem inúmeras culturas e que não se pode deixar a margem e negar a existência destas e priorizar um conhecimento único, fazer isto seria negar a diversidade e alimentar ainda o sentimento de singularidade histórica e cultural.

Para pensar esta e criar ações sobre a multiculturalidade e discuti-la nas escolas Chagas (2015) utilizou a música nas aulas de história tendo como tema as questões afro-

brasileiras, africanas e indígenas no sentido de trazer para a escola as obrigações das Leis nº 11.645/08 e 10.639/003.

A perspectiva do autor em utilizar músicas nas aulas de história é romper com a visão tradicional que os livros didáticos trazem das questões afro-brasileiras, africanas e indígenas. Essa metodologia é uma forma de tratar da história afro-brasileira, africana e indígena de uma maneira mais dinâmica.

No mais, o uso da música no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e indígena possibilita “aos/as professores/ (as) fazer discussões e debates diferentes dos livros didáticos” e, assim, sair um pouco da rotina e da visão tradicional que a escola plantou a partir de um currículo e de metodologias tradicionais que nem sempre respondem e corresponde a realidade dos (as) estudantes.

Assim, as questões afro-brasileiras, africanas e indígenas estão ligadas a muitos instrumentos, não só a música, mas muitos outros mecanismos podem ser utilizados em sala de aula, como por exemplo, o uso da literatura negra e indígena. É o que discute Silva (2007) quando faz questionamentos sobre as Leis nº 11.645/08 e 10.639/003, sobre a literatura em um contexto mais amplo, discutindo a marginalização da literatura negra pela literatura “cânone” e assim relacionado essas lutas desses movimentos com a discussão desses temas dentro de nossa sociedade.

Também podemos levar essa discussão para dentro da escola, visto que a escola tem muitos livros paradidáticos que abordam essa temática e que não são utilizados pelos (as) professores (as) justamente por serem relacionados à cultura negra e indígena.

Sobre esse contexto de enaltecer apenas uma cultura, RIBEIRO, GONÇALVES (2014) apontam que a “cultura não é unilinear”, ou seja, não existe só um tipo de cultura, mas existem culturas diversas e, por isso, temos que discutir essas questões a partir do conceito “multilinear”.

Por isto, as Leis nº 11.645/08 e 10.639/03 trouxeram para o campo da educação temas que não eram discutidos por serem periféricos sob a visão da cultura hegemônica que partindo de uma “literatura canônica” que “cristalizou imagens e alimentou animalizados”, ou seja, criou estereótipos de negros (as) e indígenas como animais Silva (2007).

A partir destes referenciais as novas perspectivas que as Leis n. 10.639/003 e 11.645/08 trouxeram, mesmo que em pequenos passos já se tem uma discussão mais avançada e coerente em relação a esses temas, mesmo que insuficiente visto a demanda da sociedade.

Porem, mesmo em passos lentos já conseguimos através das leis alguns resultados é o que os estudos destes (as) autores explicam. Assim a pesquisa deste trabalho, mesmo que parcialmente, já tem alguns resultados que mostram alguns avanços e ao mesmo tempo algumas dificuldades enfrentadas pela Escola Monsenhor Severino Montenegro.

3 RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

No primeiro contato com a escola, identificamos vários livros paradidáticos com conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana tais como: O corsário Negro – Emilia Salgari; Capitão Mouro – Georges Bourdoukan; O príncipe medroso e outros contos africanos – Anna Soler pont; ZUMBI – Carla Caruso; Lendas negras – Júlio Emilio Braz e Salmo Dansa; Léo, O pardo – Rinaldo Santos Teixeira; MZUNGU – Meja Mwangi; A criação do Mundo – Reginaldo Prandi; O segredo das tranças e outras historias africanas – Rogerio Andrade Barbosa; Nina África – Lenice Gomes, Arlene Holanda, Clayson Gomes; Contos ao redor da fogueira – Rogerio Andrade Barbosa; Histórias de Ananse – Adwoa Badoe e Baba Wagué Diakité; Para conhecer Chica da Silva – Keila Grinberg, Lucia Grinberg, Anita Corres

Lima de Almeida; Três Anjos Mulatos do Brasil – Rui de Oliveira; A metamorfose – Franz Kafka e apenas um livro didático, especificamente o livro A África está em nós.

Apesar de não ter muitos livros didáticos que contemplem a história e cultura afro-brasileira e africana, no caso apenas uma coleção de livro didático. Identificamos vários livros para didáticos e de literatura infantil e infanto-juvenil com conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana, os quais fazem parte do PNDE.

Identificamos no discurso dos professores/as práticas com relação ao conteúdo, mas em alguns deles com relação ao tema não foge do racismo e preconceito racial, foi o caso de apenas duas professoras. Existem nesta escola alguns trabalhos mesmo que individual por parte de alguns professores (as), como por exemplo, os trabalhos que são relacionados à literatura e a música que dão enfoque as questões étnico-raciais. As abordagens desses (as) professores (as) vão além do preconceito, são feitas a partir de uma visão estética, ou seja, se faz com relação à cultura, a história e sem alimentar estereótipos.

Um professor de português trabalha o conteúdo na perspectiva da valorização da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. As professoras de História trabalham o conteúdo, de modo a valorizar a realidade dos/as alunos. As professoras disseram que a temática é importante, mas deve se levar em consideração o cotidiano dos alunos/as. Por isso, trabalham com a história e cultura da comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos, levando os alunos/as a entender a realidade da comunidade. Uma das professoras coordenou uma encenação a partir de um documentário sobre Caiana dos Crioulos. Essa mesma professora no momento da visita estava trabalhando a temática indígena, especificamente a modernização, mostrando que hoje os indígenas não vivem tal qual os livros ainda insistem: “com penacho, andando nu e morando na floresta”.

Essa professora trabalhou numa outra perspectiva/abordagem, mostrando o índio moderno e vivendo em outras condições, que não são as relacionadas à floresta. O PPP da escola foi atualizado no início de 2016 e em seu texto contempla as questões afro-brasileiras a partir “da LDB 9.394/96, no Art. 26 A”, porém não insere a Lei n.º 11. 645/03 que aborda as questões Indígenas.

Esses são alguns resultados parciais da pesquisa. Em meio a isso já podemos fazer algumas discussões no sentido de entender o cotidiano desta escola. Como por exemplo, a figura do diretor que é importante na escola, pois deve incentivar as ações em torno dos projetos, sejam eles de leituras ou de cunho multiculturais relacionado às questões étnico-raciais e indígenas. E ele se torna um ponto importante por que vai coordenar as ações e cobrar dos (as) docentes o trabalho das questões afro-brasileiras e indígenas. Assim, alguns professores (as) afirmaram que o apoio que o gestor dar aos trabalhos sobre as práticas afro-brasileiras, africanas e indígenas é de cunho “logístico”, ou seja, que este nem apoia e nem impede este trabalho.

Em contra partida outros (as) professores (as) disseram que o gestor dar total apoio aos trabalhos com as questões ligados as Leis nº 10. 639/03 e 11. 645/08 e está sempre se interessando sobre a temática. Em meio a isso podemos ainda relacionar outras questões que são pertinentes e que dão outra visão, primeiro por que o PPP da escola estava desatualizado e, assim, não estava nos planos curriculares da escola, ou seja, não existia cobrança mais intensa por que as questões étnicas não estavam nos objetivos do currículo, porém, com o fazer de alguns docentes esse quadro vem mudando, o primeiro sinal é que o PPP da escola foi atualizado e contempla as questões afro-brasileiras, contudo ainda deixa a desejar com relação a indígena.

Podemos perceber que os (as) professores (as) de língua portuguesa e literatura estão mais engajados no fazer e na busca de ensinar a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, seja utilizando livros paradidáticos da biblioteca da escola, seja com vídeos/documentários e com filmes.

Existe na escola um trabalho dinâmico, mesmo que individual e às vezes muito solitário, mas não podemos negar essas atividades em torno das questões étnicas, contudo, não podemos marginalizar os (as) outros (as) professores (as), o que tem que ser pensado na realidade é criar uma coletividade e uma interdisciplinaridade entre os docentes para que se apresentem projetos e uma prática intensa e duradoura no sentido da efetivação da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nesta escola.

Além disso, é preciso também que exista uma ligação maior entre o fazer dos (as) professores (as) e as comunidades de ascendência negra, como a comunidade de Zumbi e a comunidade de Caiana dos Crioulos pertencente ao município de Alagoa Grande-PB. As comunidades negras estão muito distantes do fazer da escola e isto não pode acontecer, visto a importância destas para a construção de uma escola mais justa e com respeito à diversidade religiosa e cultural.

Assim, não podemos dizer dos problemas, mas salientar que os objetivos a serem alcançados é de fato criar uma coletividade que inclua todo o corpo de funcionários, professores (as), alunos (as) e a comunidade para criação de projetos que busquem discutir a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na escola e, isso é uma questão de diálogo e de democratização com as questões sociais e culturais da sociedade brasileira.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Em meio a tantos debates, é preciso reconhecer que em muitas escolas já existe um trabalho dinâmico com relação à história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no que concerne as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08. Claro que os avanços são a passos lentos, mas as conquistas já são significantes, neste sentido existem discussões nas academias, nos movimentos étnicos e também nas escolas, esta última é em menor intensidade.

Contudo, para que haja avanço maior é necessário que exista articulação mais aprofundada, na qual se tenha uma relação entre as políticas públicas, as universidades, os NEABs, a escola e a comunidade em geral. Neste caso podemos pensar na formação de professores (as) como um meio de garantir profissionais capacitados com o tema em questão.

Portanto, “É visível que o desafio é enorme, mas é necessário empenho dos (as) gestores (as) e dos (as) Professores (as) para que a escola seja mais democrática”, desta maneira é “preciso empenho dos governantes para que os investimentos venham com mais frequência e sejam bem aplicados”. Em meio a isso, e “sabendo da diversidade que existe na escola teremos diálogos mais produtivos entre as pessoas e conseqüentemente na escola e na sociedade também”.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Waldeci Ferreira. Cantando também se aprende história. In: NUNES, Mariângela de Vasconcelos e SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Cantar para cantar e compor**: história no ensino básico. João Pessoa: Ideia, 2015. pp. 131-145.

RIBEIRO, Ana Paula Alves. GONÇALVES, Maria Alice Rezende. História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Escola. **A questão Étnico-Racial e o Sistema de Ensino Brasileiro**. Ana Paula Alves Ribeiro, Maria Alice Rezende Gonçalves (Orgs) – Rio de Janeiro: Outras Letras, 2014.

ROCHA, Aristeu Castilhos da. Desafios para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. In: XVI Jornada Nacional de Educação, 2012, Santa Maria, RS. Anais da XVI Jornada Nacional de Educação, 2012.

SILVA, Edmilson Suassuna da. Estudos Africanos, História e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03. O passado que teima em ser presente: uma abordagem sobre o livro didático no trato da questão quilombola. Orgs. Frank Marcon; Hippolyte Brice Sogbossi. – São cristovão: editora UFS, 2007. pp 71-79.

SILVA, Selma Maria da. História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Escola. **Literatura negra brasileira: leitura e escrita**. Ana Paula Alves Ribeiro, Maria Alice Rezende Gonçalves (orgs) – Rio de Janeiro: Outras Letras, 2014.

SANTOS, Marcelo. Estudos Africanos, História e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03. **A cultura afro-brasileira na escola através de projeto: limites e possibilidades**. Orgs. Frank Marcon; Hippolyte Brice Sogbossi. – São cristovão: editora UFS, 2007. pp 61-69.